



Medievalista

Online

11 | 2012

Número 11

A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval

Joana Sequeira e Arnaldo Sousa Melo



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/medievalista/780>

DOI: 10.4000/medievalista.780

ISSN: 1646-740X

Editora

Instituto de Estudos Medievais - FCSH-UNL

Edição impressa

Data de publicação: 1 Janeiro 2012

Refêrencia eletrónica

Joana Sequeira e Arnaldo Sousa Melo, « A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval », *Medievalista* [Online], 11 | 2012, posto online no dia 25 fevereiro 2014, consultado no dia 01 maio 2019.
URL : <http://journals.openedition.org/medievalista/780> ; DOI : 10.4000/medievalista.780

Revista ISSN 1646-740X

Medievalista **online** Número 11 | Janeiro - Junho 2012

FICHA TÉCNICA

Título: A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval.

Autor(es): Joana Sequeira e Arnaldo Sousa Melo

Enquadramento Institucional: CITCEM Faculdade de Letras, Universidade do Porto;

École des Hautes Études en Sciences Sociales ;

CITCEM Faculdade de Letras, Universidade do Porto; Departamento de História,

Universidade do Minho

Contacto: sequeira.joana@sapo.pt, amelo@ics.uminho.pt

Fonte: Medievalista [Em linha]. Nº11, (Janeiro – Junho 2012). Direc. José Mattoso.

Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X

Resumo

A partir da análise de referências gerais e individuais às ocupações femininas no sector têxtil, procura-se definir o papel da mulher em cada uma das fases de produção (preparação da fibra, fiação, tecelagem, acabamentos, confecção de vestuário e comércio/organização da produção).

Palavras-chave: Mulher, têxtil, trabalho, produção, linho.

Abstract

Through the analysis of generic and individual references on the occupation of women in the textile sector, this article will look to define the role of women at each stage of production (fiber preparation, spinning, weaving, finishing processes, manufacture of clothing and trade/organization of production).

Keywords: Woman, textile, labour, production, linen.



A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval¹

Joana Sequeira e Arnaldo Sousa Melo

A produção têxtil portuguesa medieval nunca alcançou uma dimensão comparável à dos grandes centros produtores europeus da época, mas foi um dos pilares mais importantes da economia interna do reino e, provavelmente, aquele que, de entre os vários sectores artesanais, maior número de mulheres ocupava².

Ao longo de toda a Idade Média, a importação de produtos têxteis estrangeiros foi uma constante em Portugal³. O reino não produzia tecidos delicados e luxuosos como os da

¹ Uma primeira versão deste estudo foi apresentada na European Social Science History Conference, realizada em Gand, entre os dias 13 a 16 de Abril de 2010, com o título “Women’s role in portuguese medieval textile production”. Inseriu-se no painel “Fabric and Gender I”, organizado por Shennan Hutton (UC Davis) e comentado por Barbara Hanawalt (Ohio State University).

² MELO, Arnaldo Sousa – “Women and Work in the Household Economy: the social and linguistic evidence from Porto, c.1340-1450”. in BEATTIE, C., MASLAKOVI, A. e REES-JONES, S. (eds.) – The Medieval Household in Christian Europe, c. 850 – c. 1550. Managing Power, Wealth and the Body. Turnhout: Brepols, 2003, p. 262.

Os estudos sobre história da mulher têm demonstrado que o fenómeno de exclusão feminina das actividades artesanais é específico do século XIX e que o exercício de uma actividade profissional por parte das mulheres deve ser considerado como a norma e não tanto como uma excepção nos séculos precedentes. No domínio do artesanato, as indústrias ligadas ao fabrico de roupas e objectos de luxo parecem ser as que mais mulheres ocupam, existindo mesmo corporações deste sector exclusivamente femininas em Paris e Colónia (OPITZ, Claudia – “Les femmes et le travail”. in KLAPISCH-ZUBER, Christiane (ed.) – Histoire des femmes en Occident, II, Le Moyen Âge, vol. II, 2ª ed. Paris: Perrin, 2002, p. 379-398.).

Veja-se ainda o que diz José Mattoso sobre a distância entre norma e realidade, relativamente à autonomia da mulher medieval (MATTOSO, José – “A mulher e a família”. in A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras, 1986, p. 45-47.).

³ Sobre este assunto, veja-se FERREIRA, Ana Maria – A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983. No entanto, como nota S. Viterbo, “apesar da extraordinária concorrência dos estrangeiros, a tecelagem nacional nunca esteve de todo paralizada e sobretudo a do linho que foi uma das nossas mais importantes indústrias caseiras”(VITERBO, Sousa – “Artes industriaes e industrias portuguezas: industrias textis e congeneres”. O Instituto. Coimbra: Imprensa da Universidade. vol. 51 (1904), p. 285.).

Flandres ou de Inglaterra. Em contrapartida, tinha têxteis resistentes e muito mais baratos do que os importados⁴.

Os tecidos de lã portugueses eram, na sua maioria, de qualidade média/baixa e satisfaziam grande parte dos consumos dos grupos sociais inferiores. O essencial da produção lanígera concentrar-se-ia no interior do reino, onde abundava a matéria-prima. Se uma boa parte dessa produção era de carácter doméstico e destinada a pouco mais do que o auto-consumo, uma outra parte, localizada em “focos industriais” importantes⁵, servia-se de matéria-prima castelhana, que, depois de transformada, era vendida no reino, mas também exportada para Castela⁶.

A produção de seda tinha ainda uma dimensão reduzida nos séculos XIV e XV. Seria Afonso V, na segunda metade do século XV, a dar um impulso significativo a esta indústria, tendo ordenado a plantação de amoreiras em todo o reino. Em 1475, o monopólio da produção de seda de Trás-os-Montes é concedido ao Duque de Bragança⁷. Nunca tendo deixado de ser de qualidade grosseira, a seda do reino supria as necessidades de um mercado mais alargado, sendo ainda exportada para Castela e até mesmo para Itália, como comprovam os registos da companhia Cambini⁸. A sua produção cresceria em qualidade a partir do século XVI, em grande parte graças à introdução de mão-de-obra especializada estrangeira⁹.

As necessidades de importação faziam-se sentir menos em relação aos tecidos de linho e de cânhamo. A sua produção encontrava-se dispersa um pouco por todo o país e tinha

⁴ No século XIII, os panos de lã de Gand, Rouen ou Ypres custavam cerca de 55 vezes mais do que o pano de lã fabricado em Portugal (Lei de Almotaçaria (26 de Dezembro de 1253), ed. por PINHEIRO, Aristides e RITA, Abílio. Damaia: Banco Pinto & Sotto Mayor, 1984.). Para os preços dos têxteis nos séculos XIV e XV, veja-se FERREIRA, Sérgio Matos - Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média. Porto, 2007. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; p.104-109.

⁵ Nomeadamente os eixos Covilhã-Fundão (que se afirmaria nos séculos seguintes) e Portalegre-Castelo de Vide.

⁶ GARCIA, João Carlos – “Os têxteis no Portugal dos séculos XV e XVI”. Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia. Lisboa. vol. XXI, nr. 42 (1986), p. 333-336.

⁷ GARCIA, J. C. – “Os têxteis no Portugal dos séculos XV e XVI”, p. 337. VITERBO, S. – “Artes industriais e indústrias portuguesas: indústrias textis e congeneres”, p. 505-507.

⁸ Apenas para referir um exemplo, num registo de 1460 dos livros de contabilidade da companhia Cambini (Florença) encontramos o valor de 8,874 florins relativos à compra de seterie del Portogallo, (TOGNETTI, Sergio – Il Banco Cambini. Affari e mercati di una compagnia mercantile- bancaria nella Firenze del XV secolo. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1999, p. 209.).

⁹ GARCIA, J. C. – “Os têxteis no Portugal dos séculos XV e XVI”, p.337-339.

uma longa tradição, observável já desde o período pré-romano¹⁰. O linho estava perfeitamente integrado na «estrutura agro-económica das explorações agrárias¹¹» e organizava-se num sistema produtivo doméstico e rural, de meios técnicos rudimentares. Fabricavam-se tecidos grosseiros, nomeadamente o bragal e a estopa, e outros mais finos, como o lenço. O cânhamo, um material mais resistente, tinha aplicação sobretudo em artigos navais, nomeadamente nas velas dos navios (o chamado pano de tréu) e nas cordas¹².

A participação feminina

A reduzida projecção da indústria portuguesa medieval em geral, e da indústria têxtil em particular, explica, em parte, que poucos testemunhos da sua existência tenham chegado até nós. Não temos, para os séculos medievais, fontes directas para o estudo da produção artesanal. Contratos de aprendizagem não existem, livros de fiscalidade são poucos e listas de artesãos são raras. As fontes comerciais, nomeadamente contratos e livros de contas, também não abundam.

Se o estudo das estruturas produtivas é difícil, mais complicado ainda é o estudo da organização do trabalho¹³. As primeiras corporações de ofícios surgem apenas nos finais do século XV e também só se generalizam ao longo do século XVI. Como já foi dito, grande parte da produção opera-se num contexto doméstico, precisamente aquele que as fontes mais dificilmente permitem alcançar. O trabalho das mulheres é, por isso, um fenómeno que constantemente nos escapa. Perante estas limitações, a metodologia de análise que adoptámos, e que temos vindo a seguir noutros trabalhos¹⁴, valoriza o género (feminino ou masculino) da designação ocupacional em contextos de referências

¹⁰ GALHANO, Fernando, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e PEREIRA, Benjamim – Tecnologia tradicional portuguesa: o linho. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978, p. 8-11.

¹¹ CASTRO, Armando – Evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV, vol. III. Lisboa: Portugália, 1965, p. 332.

¹² CASTRO, A. – Evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV, vol. III, p. 335-336.

¹³ Sobre a escassez de fontes para o estudo destas temáticas, sobretudo para o Porto, veja-se MELO, Arnaldo Sousa - Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c.1320-c.1415. Braga, 2009. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho e à École des Hautes Études en Sciences Sociales; vol.1, p.48-65.

¹⁴ MELO, A. S. – "Women and Work in the Household Economy: the social and linguistic evidence from Porto, c.1340-1450", p. 253-255. MELO, A. S. - Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c.1320-c.1415, vol.1, p. 268-272.

gerais à ocupação. Estas referências gerais encontram-se sobretudo nas posturas e tabelamentos municipais, nos quais as designações ocupacionais são referentes a um grupo profissional e não a indivíduos concretos. O uso mais ou menos regular, que pode variar no tempo e no espaço, das formas feminina e/ou masculina, assume-se, para nós, como claro indício do género dominante de quem se dedicava a essa actividade. A atenção a essa forma vocabular é bastante importante para inferir a realidade e a distribuição sexual do trabalho. Não deixamos, no entanto, de prestar atenção também às referências individuais, embora não tenhamos a pretensão de apresentar uma recolha documental exaustiva a esse nível. A este título, o levantamento de referências documentais a judeus no século XV, realizado por Maria José Ferro Tavares, é excepcional, pela quantidade e homogeneidade espaço-temporal dos dados recolhidos¹⁵. As informações retiradas deste estudo servir-nos-ão para complementar e confrontar os dados recolhidos noutros contextos.

Os poucos vestígios que conseguimos reunir apenas nos fornecem indícios e sugerem tendências, mas é com eles que tentaremos esboçar um esquema que nos permita avaliar a participação das mulheres em cada uma das fases da produção e do comércio têxtil.

a) Preparação da fibra

Uma grande parte da produção e preparação da matéria-prima estava directamente ligada ao trabalho agrícola. Cultivava-se o linho ao lado do cereal e do vinho. O linho era, aliás, um elemento frequentemente incluído nas rendas das explorações agrícolas¹⁶. A sua plantação e tratamento eram algumas das muitas tarefas do agregado familiar camponês, no qual a mulher teria um papel fundamental. Mas existiam também as grandes explorações, para as quais era necessário recrutar trabalhadores assalariados.

¹⁵ TAVARES, Maria José Ferro Pimenta – Os Judeus em Portugal no século XV, vol. 2. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

¹⁶ No caso das rendas, o linho podia ser exigido em diferentes estádios de produção: em bruto (parcialmente tratado), fiado ou tecido (CASTRO, A. – Evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV, vol. III, p. 330-332.). Sobre a inclusão do linho nas rendas das explorações agrícolas, veja-se, por todos, COELHO, Maria Helena da Cruz - O Baixo Mondego nos finais da Idade Média. Coimbra, 1983. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; vol.1, p.181-188.

Nas posturas municipais de Évora, dos finais do século XIV, encontramos referências a “homens de serviço”¹⁷ responsáveis por diversas tarefas ligadas à agricultura. Entre elas, as operações ligadas à plantação e ao tratamento do linho. Era à mulher que competia mondar (arrancar as ervas daninhas e as plantas danificadas), arrincar (arrancar as plantas), ripar (separar a baganha do caule), lavar, maçar (separar as fibras têxteis das lenhosas, através de pancadas) e tasquinhar (separar as impurezas das fibras mais finas, através de pancadas). Só a tarefa de maçar é que seria também partilhada pelos homens. Todas as outras eram exclusivas das mulheres¹⁸. Prova disso são também as classificações profissionais correspondentes, que surgem apenas no género feminino: são as tasquinhadeiras¹⁹ e as gramadeiras²⁰ (responsáveis por separar as fibras têxteis das lenhosas, através da fragmentação dos caules). Nenhuma destas mulheres trabalharia a tempo inteiro. O processo de preparação da fibra decorreria entre Maio e Outubro²¹. O recrutamento dos trabalhadores fazia-se sazonalmente e o seu salário era pago à jorna. Não dispomos de dados suficientes que nos permitam comparar salários entre homens e mulheres especificamente nas tarefas de tratamento do linho²², mas sabemos que no sector agrícola, em geral, a tendência era para as mulheres ganharem menos 20 a 33,33% que os homens, no desempenho de iguais funções²³.

¹⁷ Documentos Históricos da Cidade de Évora (parte I), ed. por PEREIRA, Gabriel. Évora: Typographia da Casa Pia e Typographia Economica de José d'Oliveira, 1885-1891, p.182.

¹⁸ O facto de encontrarmos as mulheres associadas a estas tarefas na cidade de Évora, não implica necessariamente que o mesmo acontecesse nas outras regiões do reino. Os rituais e os procedimentos associados aos trabalhos agrícolas variam de comunidade para comunidade, de acordo com as suas tradições e os seus códigos culturais. Esta era ainda uma realidade observável no século XX. Refira-se apenas, a título de exemplo, que, no século XX, a maçagem, em Aveiro e no Alentejo, era uma tarefa masculina, enquanto em Trás-os-Montes era feminina (ALMEIDA, Cláudia, BRITO, Joaquim Pais de e MELO, Patrícia – Normas de Inventário: Tecnologia Têxtil. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 2007, p.152-153.).

¹⁹ Documentos Históricos da Cidade de Évora (parte I), p. 142.

²⁰ Documentos Históricos da Cidade de Évora (parte I), p. 130.

²¹ ALMEIDA, C., BRITO, J. P. d. e MELO, P. – Normas de Inventário: Tecnologia Têxtil, p. 150-153. GALHANO, F., OLIVEIRA, E. V. d. e PEREIRA, B. – Tecnologia tradicional portuguesa: o linho, p. 179.

²² Conhecemos apenas o salário da penteadeira e da tasquinhadeira: 2 soldos e 4 dinheiros ao dia, (Documentos Históricos da Cidade de Évora (parte I), p. 142.).

²³ COELHO, Maria Helena da Cruz – “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas”. in Homens, Espaços e Poderes (séculos XI-XVI), vol. 1. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 47. FERREIRA, S. M. - Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média, p. 217.

Relativamente à preparação da lã, surgem, também em Évora, referências às penteadeiras²⁴. Quanto aos cardadores, a sua existência está documentada desde o século XII²⁵, mas não encontramos testemunhos da participação das mulheres neste ofício ao longo da Idade Média²⁶.

b) Fiação

A fiação era uma tarefa feminina por excelência e assim terá permanecido até aos finais do século XIX²⁷. A própria Eva surge associada a esta actividade (“Quando Adão cavava e Eva fiava, onde estava o fidalgo?”). Fiar e tecer faziam parte das diversas actividades domésticas que as mulheres aprendiam desde muito cedo a desempenhar. Era uma espécie de inerência à condição de “ser mulher”, que está bem patente neste ditado popular: “Mãe, o que é casar? Filha, é fiar, parir e chorar²⁸”. Às raparigas competia também fiar o linho para o seu enxoval²⁹ e a roca surge-nos muitas vezes como símbolo da mulher casada³⁰.

A fiação era um trabalho relativamente fácil e perfeitamente conjugável com outras actividades. Ao contrário, por exemplo, da tecelagem, não exigia muitos conhecimentos

²⁴ Documentos Históricos da Cidade de Évora (parte I), p. 142.

²⁵ MADUREIRA, Nuno Luís, MELO, Arnaldo Sousa e POLÓNIA, Amélia – “Cardador”. in MADUREIRA, Nuno (ed.) – História do Trabalho e das Ocupações - A Indústria Têxtil, vol. 1. Oeiras: Celta Editora, 2011, p. 30-36. Para confrontar o ofício de cardador com o de penteador veja-se também MADUREIRA, Nuno Luís e POLÓNIA, Amélia – “Estambrador/Penteador”. in MADUREIRA, Nuno Luís (ed.) – História do Trabalho e das Ocupações - A Indústria Têxtil, vol. 1. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 36-38.

²⁶ Embora Maria Helena C. (COELHO, M. H. d. C. – “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas”, p. 45 e 57.) refira a existência de cardadeiras no Porto, em 1404, é possível que o documento publicado no qual se baseia contenha um erro de transcrição. Atendendo ao contexto em que surge a referência, pensamos que o vocábulo correcto seja “candeeiras” (mulheres que vendem candeias) e não “cardeiras” (cf. “Vereações” (anos de 1401-1449), ed. por FERREIRA, J. A. Pinto. in Documentos e Memórias para a História do Porto, vol. XL. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1980, p. 220.).

²⁷ MADUREIRA, Nuno Luís e POLÓNIA, Amélia – “Fiadeira/ Fiandeiro/ Fiandeiro Mecânico”. in MADUREIRA, Nuno Luís (ed.) – História do Trabalho e das Ocupações - A Indústria Têxtil. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 45. PEREIRA, Benjamim – “Técnicas de Fiação Primitiva: as rocas portuguesas”. Cadernos de Etnografia. Barcelos: Museu Regional de Cerâmica. vol. 2, 2ª série (1967), p. 31-32.

²⁸ Provérbio citado in COELHO, M. H. d. C. – “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas”, p. 45.

²⁹ CASTRO, A. – Evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV, vol. III, p. 21.

³⁰ Sobre a simbologia do fuso e roca, veja-se: GALHANO, F., OLIVEIRA, E. V. d. e PEREIRA, B. – Tecnologia tradicional portuguesa: o linho, p. 185-204, PEREIRA, B. – “Técnicas de Fiação Primitiva: as rocas portuguesas”.

técnicos, nem grandes investimentos em ferramentas. O fuso e a roca eram instrumentos acessíveis e permitiam uma mobilidade que o trabalho no tear não consentia³¹. Deslocando o fuso e a roca consigo, a mulher podia facilmente fiar em qualquer lugar, no intervalo dos afazeres domésticos e das fainas agrícolas³². No Auto da Lusitânia (1532), Gil Vicente permite-nos entrever a fiação no interior do cenário doméstico³³. O elenco de personagens é composto por uma família judaica (o pai, alfaiate, a mãe, a filha Lediça e o filho Saulinho):

Mãe Lediça vai à janela

traze-me a roca e a banca

e o fuso que está co ela.

Lediça Pardeos mãe i vós por ela

Que nam sois cega nem manca

Pai Assentai-vos a fiar

Saulinho e eu a coser

Lediça guise o jantar

Como acabar de varrer

E a loiça de lavar

Estamos perante o retrato de uma família dedicada à produção têxtil, na qual os elementos do sexo feminino se repartem entre a actividade da fiação e as outras tarefas domésticas.

³¹ HANAWALT, Barbara – The ties that bound: peasant families in medieval England. Oxford: Clarendon Press, 1989, p. 149-150.

³² A propósito dos trabalhos domésticos e dos tempos que estes ocupavam, B. Hanawalt refere que a limpeza da casa não ocuparia muito do tempo da mulher, pelo facto de as habitações dos camponeses serem pequenas e pouco mobiladas (HANAWALT, B. – The ties that bound: peasant families in medieval England, p. 147.).

³³ As Obras de Gil Vicente, vol. 2, ed. por CAMÕES, José. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro da FLUL e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 389. Sobre as alusões a actividades têxteis em contexto doméstico nas obras de Gil Vicente e noutras obras literárias, veja-se GALHANO, F., OLIVEIRA, E. V. d. e PEREIRA, B. – Tecnologia tradicional portuguesa: o linho, p. 187-191.

Produzido essencialmente num sistema doméstico e rural, o fio servia para consumo próprio do agregado familiar e/ou da unidade produtiva doméstica, para pagar as rendas e também para vender, quando havia excedentes. Embora as fontes dos séculos XIV e XV não nos forneçam informação suficiente sobre este assunto, é possível também que, à semelhança do que acontecia noutras regiões³⁴, as fiandeiras nem sempre fossem donas da matéria-prima que transformavam, actuando sob o controle de mercadores, no âmbito de um *verlagssystem*³⁵. Não tendo acesso directo ao mercado, as mulheres e as famílias produtoras de fio viam assim a sua função limitada dentro do ciclo produtivo. A única excepção que encontramos foi uma fiandeira de seda, judia, da cidade de Chaves, que, em 1442, recebia do rei o privilégio de poder fazer contratos de compra e venda a pronto e a prazo, nas mesmas condições dos cristãos³⁶. Estamos perante um caso em que o produtor de fio tinha autonomia para comercializar o seu produto e para interagir directamente com os agentes das outras fases produtivas. Como referimos, trata-se de um exemplo isolado e não cremos que fosse regra.

c) Tecelagem

A tecelagem realizava-se tanto no espaço rural como no espaço urbano. Não havia aldeia que não tivesse um ou mais teares³⁷ e nas cidades e vilas multiplica-se o estabelecimento de preços relativos ao trabalho dos tecelões e tecedeiras a partir do

³⁴ Entre outros, o caso de Barcelona: VINYOLÉS, Teresa-Maria (coord.) – "Actividad de la mujer en la industria del vestir en la Barcelona de finales de la Edad Media". in SEGURA GRAIÑO, Cristina e MUÑOZ FERNÁNDEZ, Angela (eds.) – *El Trabajo de las mujeres en la Edad Media Hispana*. Madrid: Marcial Pons, 1989, p. 259.

³⁵ Por *verlagssystem* entende-se um sistema de gestão produtiva no qual os comerciantes (*verlegers*) financiam, através de um sistema de adiantamentos, o ciclo produtivo, controlando desta forma a distribuição do produto pelas diferentes fases de produção. Esta realidade está bem documentada no capítulo VI do Regimento da Fábrica dos Panos, de 1573 (MONTE, Gil do – *A Fabricação de Panos de Cor e de Linho em Évora e seu Termo* (século XIV a XIX). Évora, 1984, p. 6. Nesse capítulo, proíbe-se os produtores de venderem directamente a lã que cardassem ou fiassem, limitando assim a sua função: MADUREIRA, N. L. e POLÓNIA, A. – "Fiadeira/ Fiandeiro/ Fiandeiro Mecânico", p. 46-47. Em Vila do Conde, também no século XVI, o *verlagssystem* envolvia as fases da fiação e da tecelagem (POLÓNIA, Amélia – "A tecelagem de panos de tréu em Entre-Douro-e-Minho no século XVI. Contributos para a definição de um modelo de produção". in *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*. Porto: CLIC-FLUP, 1997, p. 14.).

³⁶ ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 101.

³⁷ CASTRO, Rodrigo – "O linho em Portugal noutras eras". in *O linho em Portugal: subsídios para o fomento da sua cultura*. Lisboa: Ministério da Economia (Direcção Geral dos Serviços Agrícolas), 1943, p. 21.

século XIV. Pouco sabemos sobre a tecelagem realizada nos meios rurais e em contexto doméstico. Tal como a fiação, é possível que se integrasse também no modelo de um *verlagssystem*, controlado pelos mercadores e produtores de têxteis (provavelmente os trapeiros)³⁸. Ao longo do ano de 1442, Afonso V concedeu privilégios comerciais a centenas de artesãos e mercadores judeus³⁹ de todo o reino. Entre esses registos, encontramos cartas de privilégio atribuídas a 143 tecelões (homens)⁴⁰ e a apenas duas tecedeiras⁴¹. Se nos baseássemos apenas nos números desta amostragem, poderíamos facilmente concluir que o sector da tecelagem seria largamente dominado pelos homens e que às mulheres estava reservado um espaço muito reduzido. Mas estes números podem enganar. Por detrás de cada um dos nomes destes tecelões poderia estar escondido o das suas mulheres, que trabalhavam em conjunto com eles nas oficinas ou no quadro de uma economia familiar. O privilégio é atribuído apenas no nome do homem porque é ele o mestre do ofício. Não deixa, mesmo assim, de ser significativo que nesta lista haja duas mulheres, que nada indica serem viúvas, a receber o privilégio na qualidade de mestras.

As tecedeiras raramente são referidas individualmente, mas os documentos municipais e outros referem-nas de forma colectiva e genérica várias vezes⁴². Uma constituição do arcebispo de Braga, D. Martinho Pires de Oliveira, de 1304, permite-nos distinguir diferentes níveis de dedicação à actividade da tecelagem. Ao definir os dízimos que cada mesteiral deveria pagar, determinava-se que as tecedeiras que trabalhassem todo o ano pagariam 5 soldos, as que trabalhassem só meio ano pagariam 2 soldos e meio,

³⁸ MELO, A. S. - Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c.1320-c.1415, vol.2, p. 220-222.

³⁹ A comunidade judaica tinha uma forte participação no mundo do artesanato, no qual se destacava pela qualidade dos seus conhecimentos técnicos. A presença de judeus era particularmente expressiva no sector têxtil, nomeadamente na tecelagem, na confecção de vestuário e na tinturaria (TAVARES, Maria José Ferro Pimenta – Os Judeus em Portugal no século XV, vol. 1. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982, p. 300-309.).

⁴⁰ Dados recolhidos em TAVARES, M. J. F. P. – Os Judeus em Portugal no século XV, vol. 2, p. 528-537.

⁴¹ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 84 e fl.104. Maria J. F. Tavares apresenta ainda um terceiro registo de uma tecedeira (Amada, de Setúbal) (TAVARES, M. J. F. P. – Os Judeus em Portugal no século XV, vol. 2, p. 541.). Mas, no documento original, podemos verificar que se trata de uma tendeira, ou seja, uma comerciante (cf. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 106).

⁴² No seu estudo sobre Leiden, M. Howell deparou com este mesmo tipo de contradições entre as diversas fontes (HOWELL, Martha – Women, production and patriarchy in late medieval cities. Chicago: The University of Chicago Press, 1986, p. 70-71.).

isentando-se ainda aquelas que trabalhassem menos de seis meses⁴³. Para além das mulheres que exerciam a actividade a tempo inteiro, existiriam outras que se dedicavam sazonalmente ou pontualmente à tecelagem, o que nos leva a crer que as mulheres do campo participariam no sector. Neste documento do início do século XIV, o ofício da tecelagem surge-nos referido exclusivamente no feminino e só cerca de um século e meio mais tarde é que vemos surgir, novamente a propósito dos dízimos, a designação ocupacional em ambos os géneros, na constituição do arcebispo D. Fernando da Guerra, de 1452⁴⁴, adoptada também, mais tarde, por D. Diogo de Sousa, bispo do Porto, em 1496⁴⁵. Nessa constituição, os tecelões estavam obrigados ao pagamento de trinta reais, enquanto as tecedeiras pagavam apenas vinte. Não cremos que esta diferença se explique pelo facto de as mulheres receberem menos pelo seu trabalho. Como veremos mais à frente, homens e mulheres recebiam o mesmo valor pelas peças que produziam. Acontece que, provavelmente, ao contrário dos homens, que trabalhariam a tempo inteiro, as mulheres dedicariam menos tempo à actividade (como nos é sugerido pelo documento de 1304), o que resulta num menor rendimento global anual e, consequentemente, num dízimo proporcional a esse mesmo rendimento.

Um outro documento relativo a dízimos que nos fornece referências ocupacionais gerais é o regimento das “conhecenças”, de Tomar, de 1457⁴⁶. Trata-se de uma carta do Infante D. Henrique, na qual se determinam os dízimos que os mesterais e braceiros deveriam pagar, de modo a pôr termo ao desentendimento que se havia gerado entre estes e o vigário de Tomar. Dispomos assim de uma lista extensa de designações ocupacionais, que não só nos permite verificar a especialização técnica e a distribuição sexual das ocupações, como também estabelecer uma hierarquia salarial entre elas. Relativamente aos ofícios relacionados com a tecelagem, distinguem-se os seguintes: tecelões de pano de cor e mantas, tecelões de burel e tecedeiras. As tecedeiras subdividem-se ainda entre

⁴³ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram. 2 ed., Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865, tomo I, p. 247-248.

⁴⁴ MARQUES, José – A Arquidiocese de Braga no século XV. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, p. 408-409; 468.

⁴⁵ Constituições que fez ho senhor dom Diogo de Sousa Bispo do Porto (edição em fac-símile do incunábulo da Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa da Fundação da Casa de Bragança). Lisboa: Edições Távola Redonda, 1997, p. 81-84.

⁴⁶ Monumenta Henricina, vol. XIII. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1972, p. 109-113.

as que têm tear próprio, obrigadas ao pagamento de oito reais e aquelas que tecem em “tear alheio”, estando obrigadas ao pagamento de apenas cinco reais. Esta breve referência sugere-nos então que haveria tecedeiras a trabalhar por conta própria e tecedeiras que trabalhavam por conta de outrem. Resta-nos saber se estas últimas trabalhariam para outros mestres tecelões ou mestras tecedeiras ou directamente para os mercadores, que seriam os detentores dos meios de produção. Comparando os valores dos dízimos entre homens e mulheres, verificamos que a tecedeira com tear próprio e o tecelão de burel pagavam ambos oito reais de dízimo. Já o tecelão de panos de cor e de mantas, mais especializado, pagava doze reais.

No caso dos documentos municipais, as tecedeiras são referidas em dois tipos de situação: quando se estabelecem os preços dos produtos têxteis e quando são tomadas medidas relacionadas com o controle dos pesos usados pelos artesãos. As determinações concelhias de Lisboa (1458)⁴⁷, Évora (1379-81)⁴⁸ e Arraiolos (1420)⁴⁹ referem-se conjuntamente a tecelões e tecedeiras, sem fazer distinções. Homens e mulheres recebiam exactamente as mesmas quantias e aparentemente, submetiam-se de igual modo às regras estabelecidas pelo município⁵⁰. Nos capítulos especiais de Cortes de Guimarães e Braga, de 1455, e de Leiria, de 1460, referem-se simultaneamente tecelões e tecedeiras⁵¹. Já no caso de Loulé, em 1403, na hora de determinar os preços dos tecidos, fala-se apenas de tecedeiras e não de tecelões⁵². O mesmo acontece na cidade do Porto, em 1412 e em 1413⁵³. As tecedeiras encontram-se entre os oito mesteres

⁴⁷ Livro das Posturas Antigas, ed. por RODRIGUES, Maria Teresa Campos. Lisboa: Câmara Municipal, 1974, p. 25.

⁴⁸ Documentos Históricos da Cidade de Évora (parte I), p. 142 e 180.

⁴⁹ Os regimentos de Évora e Arraiolos do século XV, ed. por VILAR, Hermínia Vasconcelos e PAULO, Sandra. s.l., s.d., [on-line]. Disponível em: http://www.cidehus.uevora.pt/textos/fontesul/reg_arraiolos.pdf, p.129. No regimento de Arraiolos, as determinações relativas às actividades de tecelagem surgem-nos sob o “título dos teçelaões”, mas no final desse mesmo título a determinação estende-se a “todo teçellam ou teçedeira que tomar fiado sem peso”.

⁵⁰ No primeiro regimento dos tecelões, de 1559, concede-se o mesmo estatuto a homens e mulheres. Ambos tinham o direito de abrir tendas e estavam sujeitos a um exame prévio (Livro das Posturas Antigas, p. 396-408.).

⁵¹ BARROS, Henrique da Gama – História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV, vol. IX. 2ª ed., 1950, p. 309-310.

⁵² Actas de Vereação de Loulé (séculos XIV-XV), ed. por MACHADO, João Alberto, DUARTE, Luís Miguel e CUNHA, Maria Cristina. in *Al'Ulyã, (nº7)*, SERRA, Manuel Pedro (ed.). Loulé: Arquivo Histórico Municipal, 1999-2000, p. 126-127.

⁵³ CRUZ, António – Os Mesteres do Pôrto: subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos, vol. 1. Porto: Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, 1943, p. LXXXIV e LXXXVI.

tabelados pela câmara portuense, sendo de resto o único mester que surge designado no feminino. Tal permite-nos deduzir que este seria um dos sectores de destaque na cidade, em quantidade ou em dimensão social e económica e que, por isso, importava tabelar.

É já no último quartel do século XV que encontramos indícios de especialização técnica e de divisão sexual do trabalho na cidade do Porto. Quando, em 1485, se referem os tipos de pesos que cada artesão deveria utilizar, distinguem-se duas categorias profissionais relativas à tecelagem: os tecelões de linho e as tecedeiras de “veeos”⁵⁴. Os “veeos” eram tecidos de seda, muito finos e delicados⁵⁵, que só os profissionais mais qualificados conseguiam executar com perfeição.

Como podemos ver, a participação da mulher no sector da tecelagem verifica-se em níveis distintos, que vão desde o trabalho rudimentar típico dos meios rurais até ao trabalho realizado em oficinas urbanas, caracterizado por um elevado grau de especialização técnica.

d) Acabamentos

A mulher está praticamente ausente nesta fase produtiva. A pisoagem era uma tarefa exclusivamente masculina, provavelmente por exigir um maior esforço físico⁵⁶.

Tanto os tecidos de lã nacionais como os importados eram submetidos à tosa. Isto explica a significativa presença de tosadores nos espaços urbanos ao longo dos séculos XIV e XV, mas em nenhum momento encontramos mulheres associadas a estas tarefas.

⁵⁴ AHMP, Vereações, liv. 6, fl. 3vº. M. H. Coelho recolhe referências idênticas noutras actas de vereação do Porto, nomeadamente para os anos de 1484, 1485, 1486 e 1489 (COELHO, M. H. d. C. – “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas”, p. 57.).

⁵⁵ Os véus podiam ser de linho ou de seda. Neste caso, pensamos que se trata de seda, atendendo à unidade de peso associada (onça).

⁵⁶ “Os pisoeiros são sempre homens; na indústria caseira de lanifícios, as mulheres carpeiam e fiam a lã, tecem o pano, e em certos pontos levam as teias ao pisão; os homens lavam, pisoam e cardam esses tecidos.” (OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando – Tecnologia tradicional: pisões portugueses. Lisboa: I.N.I.C./Centro de Estudos de Etnologia, 1977, p.61.). Também em Leiden e Barcelona as mulheres estavam excluídas da pisoagem, (HOWELL, M. – Women, production and patriarchy in late medieval cities, p. 73. e VINYOLÉS, T.-M. c. – “Actividad de la mujer en la industria del vestir en la Barcelona de finales de la Edad Media”, p. 262.).

Nos regimentos do século XVI também não se prevê a participação feminina neste ofício⁵⁷.

A tinturaria era um sector fortemente dominado pelos judeus e claramente masculino. As referências individuais a tintureiros que se conhecem são quase sempre referentes a homens⁵⁸ e as referências gerais também nos surgem no masculino⁵⁹. Temos notícia de duas excepções, ambas no Porto: uma tintureira, em 1295⁶⁰, e uma outra tintureira judia, em 1474⁶¹.

e) Confecção de vestuário

A confecção de vestuário era tarefa dos alfaiates, que faziam tanto o vestuário masculino como o feminino. O sector era claramente dominado pelos homens, e muitos deles eram judeus⁶², embora também se encontrem algumas referências dispersas a mulheres alfaiatas.

Dos 301 alfaiates judeus⁶³ que, ao longo do ano de 1442, recebem cartas de privilégio de Afonso V, quatro são mulheres⁶⁴. Uma destas mulheres é também casada com um alfaiate⁶⁵. Ela e o marido surgem na mesma lista e cada um recebe a sua própria carta de privilégio. Estamos perante um testemunho raro em que ambos os cônjuges actuam na

⁵⁷ DURÃO, Susana, MELO, Arnaldo Sousa e POLÓNIA, Amélia – "Tosador". in MADUREIRA, Nuno Luís (ed.) – História do Trabalho e das Ocupações - A Indústria Têxtil, vol. 1. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 126-130.

⁵⁸ M. J. F. Tavares recolheu referências a 49 tintureiros judeus no século XV, todos do sexo masculino (TAVARES, M. J. F. P. – Os Judeus em Portugal no século XV, vol. 2, p. 542-545.).

⁵⁹ Monumenta Henricina, vol. XIII, p. 109-113.

⁶⁰ D. Abril Peres, cônego do Porto e abade de Cedofeita, deixa, em testamento, 10 libras "aa filha da tintoreyra" (Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325), ed. por MORUJÃO, Maria do Rosário. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010, p. 550.).

⁶¹ FRANCO, Isabel Madureira, MELO, Arnaldo Sousa e AMARAL, Luís Carlos – "Artesãos e actividades artesanais no Porto nos finais da Idade Média, através dos Livros de Vereações e do Cofre dos Bens do Concelho". in AMORIM, Inês (ed.) – Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho. s.l.: Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2002, p. 219 e 226.

⁶² Os alfaiates do rei eram quase sempre judeus.

⁶³ Dados recolhidos em TAVARES, M. J. F. P. – Os Judeus em Portugal no século XV, vol. 2, p. 477-499.

⁶⁴ Conhecemos os seus nomes e origens: Dona Oiro, de Elvas (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 76 vº); Aviziboa, de Tomar (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 68); Miriam, de Elvas (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 76vº); Dona de Brazalay, de Tomar (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 114vº).

⁶⁵ Dona de Brazalay é casada com Salomão Brazalay e são ambos alfaiates (veja-se a nota anterior).

qualidade de mestres. No Porto, encontram-se também referências gerais a alfaiatas⁶⁶ e ainda uma menção concreta a uma alfaiata, que, em 1432, é nomeada “medideira do pão” pelos homens da Câmara⁶⁷.

Embora a existência de mulheres alfaiatas fosse uma realidade, é curioso verificar que nos regulamentos relativos a esta profissão, a designação geral é quase sempre masculina. Assim acontece no Porto⁶⁸, em Lisboa⁶⁹, Évora⁷⁰ e Arraiolos⁷¹. No já referido “regimento das conhecenças” de Tomar, surgem-nos diferentes categorias de alfaiate: o alfaiate “que tiver mancebo ou custureiros”, obrigado ao pagamento de quinze reais de dízimo; o alfaiate sem mancebos nem custureiros (doze reais); o alfaiate de burel e de pano de linho (oito reais) e, por fim, a alfaiata, assim designada no género feminino, que pagava apenas seis reais de dízimo. A mulher alfaiata aparece no final da lista, sem qualquer menção a uma especialização técnica e parecendo auferir menos do que todos os seus congéneres masculinos, numa diferença significativa que oscila entre 60 a 25% menos. A partir destas informações, pode deduzir-se que o trabalho dos alfaiates homens é mais especializado e, portanto, melhor cotado, enquanto o das mulheres parece ser indiferenciado e, por isso, menos valorizado. Recorde-se que, no mesmo regimento, a tecedeira paga mais dízimo (oito reais) do que a alfaiata (seis reais). É possível também que algumas das mulheres alfaiatas se dedicassem especificamente ao arranjo e reconversão das roupas. No regimento do hospital de Todos os Santos de Lisboa, de 1504, determina-se que seja contratada uma alfaiata (e não um alfaiate) para “coser e reparar de seu ofício e fazer de novo todos os lemções

⁶⁶ COELHO, M. H. d. C. – “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas”, p. 45 e 57.

⁶⁷ “Vereações”, livro 1 (1431-1432), ed. por DUARTE, Luís Miguel e MACHADO, João Alberto. in Documentos e Memórias para a História do Porto, vol. XLV. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal, 1985, p. 109. Este cargo, bem como o mester de padeira e regateira do pão, eram quase sempre femininos (MELO, A. S. - Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c.1320-c.1415, vol. 1, p. 271.).

⁶⁸ CRUZ, António – “Os Mesteres do Pôrto no século XV: aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos”. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto (separata). Porto: Câmara Municipal. vol. III, nr. 1 (1943), p. 19.

⁶⁹ Livro das Posturas Antigas, p. 68.

⁷⁰ Documentos Históricos da Cidade de Évora (parte I), p. 179-181.

⁷¹ Os regimentos de Évora e Arraiolos do século XV, p. 127-130.

todos os mamteis e allmofadas toalhas carapuças lemções guardanapos e toda outra roupa de lynho desta sorte”⁷².

A participação da mulher no sector podia ser muito maior do que os documentos nos sugerem, se considerarmos a hipótese de os alfaiates recorrerem à colaboração dos elementos femininos do agregado familiar⁷³.

f) Comércio e organização da produção

A maior parte do comércio a retalho estava a cargo das mulheres⁷⁴. Vendiam produtos frescos, como o peixe, a fruta e o pão, mas também objectos de pequeno valor, como louça ou alguns artigos têxteis. Linhas e fitas de seda eram vendidas pelas tendeiiras, em Lisboa⁷⁵, ou pelas marceiras⁷⁶, em Évora. Havia também mulheres que se dedicavam à venda de roupas usadas: eram as adelas⁷⁷. Temos notícia de duas adelas, judias, que, em 1442, integram a lista dos artesãos que recebem do rei o privilégio de fazer contratos de compra e venda⁷⁸.

Mas não era só no pequeno comércio que a mulher participava. Embora os dados de que dispomos sejam escassos, encontramos testemunhos da existência de mulheres trapeiras. O trapeiro era um comerciante de tecidos, podendo simultaneamente ser um empresário ou organizador da produção, no âmbito do *verlagssystem*⁷⁹. O vocábulo é ambíguo e podia ser utilizado apenas numa ou em ambas as acepções.

⁷² *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* - A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I, ed. por SÁ, Isabel dos Guimarães e PAIVA, José Pedro. in *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. III, PAIVA, José Pedro (ed.). Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2004, p. 104.

⁷³ Os alfaiates tinham ao seu serviço vários costureiros, embora não se encontrem mulheres entre eles.

⁷⁴ MENDES, José Amado e RODRIGUES, Manuel Ferreira – *História da Indústria Portuguesa da Idade Média aos nossos dias*. Mem Martins: Europa-América/Associação Industrial Portuense, 1999, p. 49. COELHO, M. H. d. C. – “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas”, p. 40-44.

⁷⁵ *Livro das Posturas Antigas*, p. 81-82.

⁷⁶ *Documentos Históricos da Cidade de Évora* (parte I), p. 132.

⁷⁷ O vocábulo *adela* designa tanto um indivíduo do sexo masculino como feminino. Só a referência do nome próprio do indivíduo nos permite distinguir.

⁷⁸ Rina, adela de Santarém (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv 23, fl. 93vº) e Benvinda, adela de Lisboa (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv 23, fl. 107vº).

⁷⁹ MELO, A. S. - *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c.1320-c.1415*, vol. 2, p. 220-227. MELO, Arnaldo Sousa e POLÓNIA, Amélia – “Trapeiro”. in MADUREIRA, Nuno Luís (ed.) – *História do Trabalho e das Ocupações - A Indústria Têxtil*, vol. 1. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 225-

Na já referida lista de artesãos judeus de 1442, aparece uma mulher trapeira, que exerce a função na qualidade de viúva de um trapeiro⁸⁰. No Porto, em 1475, encontramos uma breve referência geral às rendas das trapeiras⁸¹. Não sabemos se estas mulheres apenas vendiam tecidos ou se também tinham interferência na organização da produção têxtil.

Mudanças no século XV

Os poucos dados que conseguimos reunir sugerem-nos que a presença da mulher na produção têxtil era bastante significativa nos séculos XIV e XV, mas em nada se compara à projecção que viria a ter no século XVI. Não só as cidades crescem e a indústria se desenvolve, como uma série de factores relacionados com a expansão marítima permite aumentar consideravelmente as oportunidades da mulher no mercado de trabalho. Muitos homens saíam do reino em direcção ao “novo mundo”, deixando margem para que as mulheres ocupassem os seus lugares no artesanato e no comércio⁸². Por outro lado, dá-se um aumento excepcional da procura de têxteis para comercialização nas várias partes do Império e da procura específica de panos para velas (tréu), para as muitas embarcações que então se construíam. Há registo de centenas de mulheres dedicadas à fiação e tecelagem de tréu nas comunidades marítimas⁸³. Também a indústria da seda se desenvolve e ocupa muitas mulheres na região de Trás-os-Montes.

227. O Regimento da Fábrica dos Panos de 1573 consagra o papel de destaque do trapeiro no controle do processo produtivo (MONTE, G. d. – A Fabricação de Panos de Cor e de Linho em Évora e seu Termo (século XIV a XIX).).

⁸⁰ Dona de Afumado, trapeira de Olivença (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv 23, fl. 98 vº).

⁸¹ Arrendamento da “renda das trapeiras que vendem antes da pregação”, in COELHO, M. H. d. C. – “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas”, p. 43 e 55-56.

⁸² Sobre a participação das mulheres no trabalho e no comércio internacional no século XVI, veja-se: POLÓNIA, Amélia – “Women’s participation in Labour and Business in the European Maritime Societies in the Early Modern Period. A case study (Portugal. 16th Century)”. in CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.) – *La famiglia nell’economia europea. Secc. XIII-XVIII. Atti della “Quarentesima settimana di studi”*. Florença: University Press, 2009, p.705-719.; BARROS, Amândio – “Mulheres e comércio. Linhas de intervenção da mulher portuense no negócio durante o século XVI”. Portuguese Studies Review. Ontario. vol. XIII, nr. 1-2 (2005), p. 229-268.

⁸³ Sobre este assunto veja-se POLÓNIA, A. – “A tecelagem de panos de tréu em Entre-Douro-e-Minho no século XVI. Contributos para a definição de um modelo de produção”.

Conclusões

A importância da participação da mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval afirma-se em duas dimensões: na economia do agregado familiar e na sustentabilidade e estruturação do sistema produtivo. Trabalhando em casa, no âmbito do *verlagssystem* ou cooperando com o chefe de família na sua actividade, a mulher contribuía para o aumento e complemento dos rendimentos familiares. Não é por acaso que se diz que “a fiar e a tecer ganha a mulher de comer”⁸⁴.

O trabalho da mulher não só tinha valor, como era valorizado. No século XIV, um trovador, destacava, em tom jocoso, as capacidades de uma simples ama⁸⁵:

Ca sabe ben fiar e ben tecer

e talha mui ben bragas e camisa;

e nunca vistes molher de sa guisa

que mais limpia vida sábia fazer;

De entre todas as tarefas domésticas, aquelas tidas como mais dignas eram as relacionadas com a confecção de tecidos e de roupa. Consideradas virtuosas, as actividades têxteis eram também apanágio de mulheres nobres. A rainha Santa Isabel “por nom estar ocioza costumava por suas mãos lavrar, e fazer cousas dourado, seda, e prata”⁸⁶. Também a princesa Joana, filha de Afonso V, quando estava no mosteiro de Jesus de Aveiro, terá aprendido a fiar “e do seu fiado se fazião corporais pera os

⁸⁴ Provérbio citado por COELHO, M. H. d. C. – “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas”, p. 47.

⁸⁵ *Cantigas d'escarnho e mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, ed. por LAPA, M. Rodrigues. Coimbra: Editorial Galaxia, 1970, p. 210-211.

⁸⁶ *Crónicas de Rui de Pina*, ed. por ALMEIDA, M. Lopes. Porto: Lello & Irmão - Editores, 1977, p. 230.

altares”⁸⁷. Encontrámos ainda, em algumas representações iconográficas portuguesas, a arte têxtil sublimada na figura da Virgem Maria⁸⁸.

Trabalho valorizado, digno de admiração e desejável, mas também causador de espanto e até de medo⁸⁹. Em 1481, Beatriz Fernandes pedia perdão ao rei pelos crimes de que tinha sido acusada: alcovitaria, roubo de carneiros e feitiçaria. O seu acusador não tinha dúvidas de que ela era uma feiticeira. Afinal, segundo contavam, tinha sido capaz de fiar e tecer uma camisa numa só noite⁹⁰!

Se o papel da mulher era muitas vezes complementar e secundário e não implicava um elevado grau de especialização, noutros casos era de uma grande exigência, requerendo um domínio técnico do qual muitas vezes só ela parecia ser detentora. Este domínio técnico permitia-lhe ocupar um papel de destaque em determinadas fases e sub-fases da produção têxtil, sobretudo as iniciais. Como pudemos ver, alguns nomes de ocupações profissionais existiam apenas ou maioritariamente no género feminino. Mas fosse dentro ou fora das fronteiras do agregado familiar, o trabalho da mulher era sempre controlado ou supervisionado pelos homens, que tanto podiam ser os chefes de família, como os mercadores ou aqueles que governavam a cidade e que regulamentavam e fiscalizavam a actividade artesanal.

⁸⁷ SOUSA, Frei Luís e CACEGAS, Frei Luís – Segunda Parte da Historia de S. Domingos. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767, p. 352.

⁸⁸ Pelo menos em três representações da Anunciação, do século XVI, estão presentes elementos ligados ao trabalho têxtil (pequenos cestos com peças de tecido, tesoura e dedal). São os casos do retábulo da Anunciação (1501-1506), atribuído aos mestres Francisco Henriques e Vasco Fernandes (Museu de Grão Vasco, inv. 2142), do retábulo com o mesmo nome (1533-1534), atribuído aos Mestres de Ferreirim (Igreja do Mosteiro de Santo Agostinho de Ferreirim, Lamego) e ainda de um terceiro retábulo, também com o mesmo título (1550-1555), da autoria do Mestre de Abrantes (Retábulo da Misericórdia de Abrantes). Veja-se, a este propósito o catálogo Primitivos Portugueses (1450-1550): o século de Nuno Gonçalves. Museu Nacional de Arte Antiga / Athena, 2011, p. 25, 148 e 246.

⁸⁹ Sobre as possíveis conotações negativas do trabalho têxtil, veja-se GALHANO, F., OLIVEIRA, E. V. d. e PEREIRA, B. – Tecnologia tradicional portuguesa: o linho, p. 197-200.

⁹⁰ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv.26, fl. 104.

Fontes:

1. Manuscritas

AHMP (Arquivo Histórico Municipal do Porto), Vereações, livro 6.

ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Chancelaria de D. Afonso V, livros 23 e 26.

2. Impressas

Actas de Vereação de Loulé (séculos XIV-XV), ed. por MACHADO, João Alberto, DUARTE, Luís Miguel e CUNHA, Maria Cristina. in *Al'Ulyã, (nº7)*, SERRA, Manuel Pedro (ed.). Loulé: Arquivo Histórico Municipal, 1999-2000.

As Obras de Gil Vicente, vol. 2, ed. por CAMÕES, José. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro da FLUL e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

Cantigas d'escarnho e mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses, ed. por LAPA, M. Rodrigues. Coimbra: Editorial Galaxia, 1970.

Constituições que fez ho senhor dom Diogo de Sousa Bispo do Porto (edição em fac-símile do incunábulo da Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa da Fundação da Casa de Bragança). Lisboa: Edições Távola Redonda, 1997.

Crónicas de Rui de Pina, ed. por ALMEIDA, M. Lopes. Porto: Lello & Irmão - Editores, 1977.

Documentos Históricos da Cidade de Évora (parte I), ed. por PEREIRA, Gabriel. Évora: Typographia da Casa Pia e Typographia Economica de José d'Oliveira, 1885-1891.

Lei de Almotaçaria (26 de Dezembro de 1253), ed. por PINHEIRO, Aristides e RITA, Abílio. Damaia: Banco Pinto & Sotto Mayor, 1984.

Livro das Posturas Antigas, ed. por RODRIGUES, Maria Teresa Campos. Lisboa: Câmara Municipal, 1974.

Monumenta Henricina, vol. XIII. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1972.

Os regimentos de Évora e Arraiolos do século XV, ed. por VILAR, Hermínia Vasconcelos e PAULO, Sandra. s.l., s.d., [on-line]. Disponível em: http://www.cidehus.uevora.pt/textos/fontesul/reg_arraiolos.pdf.

Portugaliae Monumenta Misericordiarum - A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I, ed. por SÁ, Isabel dos Guimarães e PAIVA, José Pedro. in Portugaliae Monumenta Misericordiarum, vol. III, PAIVA, José Pedro (ed.). Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2004.

SOUSA, Frei Luís e CACEGAS, Frei Luís – Segunda Parte da Historia de S. Domingos. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.

Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325), ed. por MORUJÃO, Maria do Rosário. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010.

"Vereações" (anos de 1401-1449), ed. por FERREIRA, J. A. Pinto. in Documentos e Memórias para a História do Porto, vol. XL. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1980.

"Vereações", livro 1 (1431-1432), ed. por DUARTE, Luís Miguel e MACHADO, João Alberto. in Documentos e Memórias para a História do Porto, vol. XLV. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal, 1985.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram. 2 ed., Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.

Bibliografia:

ALMEIDA, Cláudia, BRITO, Joaquim Pais de e MELO, Patrícia – Normas de Inventário: Tecnologia Têxtil. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 2007.

BARROS, Amândio – "Mulheres e comércio. Linhas de intervenção da mulher portuense no negócio durante o século XVI". *Portuguese Studies Review*. Ontario. vol. XIII, nr. 1-2 (2005), p. 229-268.

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. IX. 2ª ed., 1950.

CASTRO, Armando – *Evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV*, vol. III. Lisboa: Portugália, 1965.

CASTRO, Rodrigo – "O linho em Portugal noutras eras". in *O linho em Portugal: subsídios para o fomento da sua cultura*. Lisboa: Ministério da Economia (Direcção Geral dos Serviços Agrícolas), 1943, p. 15-29.

COELHO, Maria Helena da Cruz – "A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas". in *Homens, Espaços e Poderes (séculos XI-XVI)*, vol. 1. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 37-59.

COELHO, Maria Helena da Cruz - *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Coimbra, 1983. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CRUZ, António – "Os Mesteres do Pôrto no século XV: aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos". *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* (separata). Porto: Câmara Municipal. vol. III, nr. 1 (1943).

CRUZ, António – *Os Mesteres do Pôrto: subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos*, vol. 1. Porto: Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, 1943.

DURÃO, Susana, MELO, Arnaldo Sousa e POLÓNIA, Amélia – "Tosador". in MADUREIRA, Nuno Luís (ed.) – *História do Trabalho e das Ocupações - A Indústria Têxtil*, vol. 1. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 126-130.

FERREIRA, Ana Maria – *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

FERREIRA, Sérgio Matos - Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média. Porto, 2007. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FRANCO, Isabel Madureira, MELO, Arnaldo Sousa e AMARAL, Luís Carlos – "Artesãos e actividades artesanais no Porto nos finais da Idade Média, através dos Livros de Vereações e do Cofre dos Bens do Concelho". in AMORIM, Inês (ed.) – Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho. s.l.: Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2002, p. 191-228.

GALHANO, Fernando, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e PEREIRA, Benjamim – Tecnologia tradicional portuguesa: o linho. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978.

GARCIA, João Carlos – "Os têxteis no Portugal dos séculos XV e XVI". Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia. Lisboa. vol. XXI, nr. 42 (1986), p. 327-344.

HANAWALT, Barbara – The ties that bound: peasant families in medieval England. Oxford: Clarendon Press, 1989.

HOWELL, Martha – Women, production and patriarchy in late medieval cities. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

MADUREIRA, Nuno Luís e POLÓNIA, Amélia – "Estambrador/Penteador". in MADUREIRA, Nuno Luís (ed.) – História do Trabalho e das Ocupações - A Indústria Têxtil, vol. 1. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 36-38.

MADUREIRA, Nuno Luís e POLÓNIA, Amélia – "Fiadeira/ Fiandeiro/ Fiandeiro Mecânico". in MADUREIRA, Nuno Luís (ed.) – História do Trabalho e das Ocupações - A Indústria Têxtil. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 45-56.

MADUREIRA, Nuno Luís, MELO, Arnaldo Sousa e POLÓNIA, Amélia – "Cardador". in MADUREIRA, Nuno (ed.) – História do Trabalho e das Ocupações - A Indústria Têxtil, vol. 1. Oeiras: Celta Editora, 2011, p. 30-36.

MARQUES, José – A Arquidiocese de Braga no século XV. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

MATTOSO, José – "A mulher e a família". in *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras, 1986, p. 35-49.

MELO, Arnaldo Sousa – "Women and Work in the Household Economy: the social and linguistic evidence from Porto, c.1340-1450". in BEATTIE, C., MASLAKOVI, A. e REES-JONES, S. (eds.) – *The Medieval Household in Christian Europe, c. 850 – c. 1550. Managing Power, Wealth and the Body*. Turnhout: Brepols, 2003, p. 249-269.

MELO, Arnaldo Sousa - *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c.1320-c.1415*, 2 vols. Braga, 2009. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho e à École des Hautes Études en Sciences Sociales.

MELO, Arnaldo Sousa e POLÓNIA, Amélia – "Trapeiro". in MADUREIRA, Nuno Luís (ed.) – *História do Trabalho e das Ocupações - A Indústria Têxtil*, vol. 1. Oeiras: Celta Editora, 2001, p. 225-227.

MENDES, José Amado e RODRIGUES, Manuel Ferreira – *História da Indústria Portuguesa da Idade Média aos nossos dias*. Mem Martins: Europa-América/Associação Industrial Portuense, 1999.

MONTE, Gil do – *A Fabricação de Panos de Cor e de Linho em Évora e seu Termo (século XIV a XIX)*. Évora, 1984.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando – *Tecnologia tradicional: pisões portugueses*. Lisboa: I.N.I.C./Centro de Estudos de Etnologia, 1977.

OPITZ, Claudia – "Les femmes et le travail". in KLAPISCH-ZUBER, Christiane (ed.) – *Histoire des femmes en Occident, II, Le Moyen Âge*, vol. II, 2ª ed. Paris: Perrin, 2002, p. 379-398.

PEREIRA, Benjamim – "Técnicas de Fiação Primitiva: as rocas portuguesas". *Cadernos de Etnografia*. Barcelos: Museu Regional de Cerâmica. vol. 2, 2ª série (1967).

POLÓNIA, Amélia – "A tecelagem de panos de tréu em Entre-Douro-e-Minho no século XVI. Contributos para a definição de um modelo de produção". in *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*. Porto: CLIC-FLUP, 1997, p. 11-23.

POLÓNIA, Amélia – "Women's participation in Labour and Business in the European Maritime Societies in the Early Modern Period. A case study (Portugal. 16th Century)". in CAVACICOCHI, Simonetta (ed.) – *La famiglia nell'economia europea*. Secc. XIII-XVIII. *Atti della "Quarentesima settimana di studi"*. Florença: University Press, 2009, p. 705-719.

Primitivos Portugueses (1450-1550): o século de Nuno Gonçalves. Museu Nacional de Arte Antiga / Athena, 2011.

TAVARES, Maria José Ferro Pimenta – Os Judeus em Portugal no século XV, vol. 1. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982.

TAVARES, Maria José Ferro Pimenta – Os Judeus em Portugal no século XV, vol. 2. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

TOGNETTI, Sergio – Il Banco Cambini. Affari e mercati di una compagnia mercantile-bancaria nella Firenze del XV secolo. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1999.

VINYOLES, Teresa-Maria (coord.) – "Actividad de la mujer en la industria del vestir en la Barcelona de finales de la Edad Media". in SEGURA GRAIÑO, Cristina e MUÑOZ FERNÁNDEZ, Angela (eds.) – *El Trabajo de las mujeres en la Edad Media Hispana*. Madrid: Marcial Pons, 1989, p. 255-273.

VITERBO, Sousa – "Artes industriaes e industrias portuguesas: industrias textis e congeneres". O Instituto. Coimbra: Imprensa da Universidade. vol. 51 (1904), p. 283-289; 376-382; 442-448; 505-510; 568-574; 637-640; 686-691.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Referência electrónica:

SEQUEIRA, Joana, MELO, Arnaldo Sousa – “A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval”. *Medievalista* [Em linha]. Nº11, (Janeiro - Junho 2012). [Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11\textil1105.html>. ISSN 1646-740X.

